



Segurança

# Invasores 'sequestram' casas e prédios na região de Perdizes e Pacaembu

— Ao menos 5 ocorrências foram registradas neste ano no 23.<sup>o</sup> DP; algumas ações são seguidas de tentativa de extorsão, exigindo dinheiro de proprietários para deixar o local

CAIO POSSATI  
GONÇALO JUNIOR

A região de Pacaembu e Perdizes, na zona oeste de São Paulo, tem visto uma onda de invasões a imóveis vazios nos últimos meses. Muitas vezes essas ações são seguidas de tentativa de extorsão por grupos que miram casas, sobrados e até prédios que estejam desocupados. Em alguns casos, cobram dos proprietários para deixarem o local.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública do Estado (SSP), ao menos cinco ocorrências do crime de alteração de limites (se apropriar, de forma parcial ou total, do imóvel alheio) foram registradas no 23.<sup>o</sup> DP (Perdizes) entre janeiro e abril. A Polícia Civil disse, em nota, analisar se há relação entre os casos.

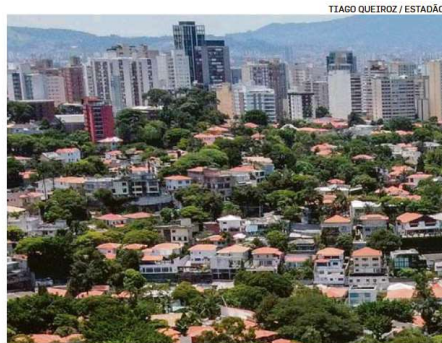
Conforme fontes da polícia e moradores do bairro, os grupos costumam condicionar a saída do terreno ao recebimento de alta quantia em di-

nhheiro dos proprietários. Os valores, segundo relatos, já chegaram a R\$ 100 mil. Se a vítima não paga, precisa recorrer à Justiça e entrar com ação de reintegração de posse, o que pode demorar dias.

"Há o indicativo de que (os invasores) mapeiam, estudam e até monitoram os imóveis que não estão sendo usados; observam a falta de movimentação da casa, como acúmulo de correspondência na caixa do correio", afirma Josué Paes, presidente do Conselho de Segurança (Conseg) da área de Perdizes e Pacaembu.

"Há relatos de que se trata de um esquema organizado", afirma Paes. "Depois, o proprietário precisa acionar a Justiça e provar que o imóvel é dele e que não está abandonado." A presença de crianças, adolescentes e idosos nos locais invadidos, dizem moradores da região, frequentemente dificulta a reintegração.

'NUNCA VI'. "Moro aqui desde 2012, e nunca tinha visto is-



TIAGO QUEIROZ / ESTADÃO

Há relatos na região de pedidos de até R\$ 100 mil para liberar áreas

so", diz uma moradora do bairro, que prefere não se identificar. "Outro dia, uma vizinha estava reformando a casa e percebi um rapaz entrando e roubando algumas coisas. Falei com ela, que agora colocou um segurança para dormir lá dentro", continua.

A vizinhança compartilha informações pelas redes so-

ciais e reforça a segurança dos imóveis da região, onde já são frequentes os muros altos e os portões elétricos fortificados. O proprietário de um dos imóveis invadidos contratou cães de guarda para vigiar a casa. "Recebemos o pedido para trazer cachorros neste fim de semana", diz um funcionário que não quis se identificar.

"Uma vizinha me enviou uns vídeos e me pediu para tomar cuidado", conta outra moradora, que também pede anonimato. Ela faz referência a uma gravação, que mostra o momento em que uma mulher, supostamente dona de uma das casas da Rua Heitor de Moraes, confronta os invasores. "O que nos preocupa é que isso nos traz um prejuízo danado, além da insegurança", acrescenta essa vizinha. O Estadão não conseguiu localizar os proprietários dos imóveis da Heitor de Moraes.

Ainda segundo a SSP, nenhuma das vítimas entrou com uma representação criminal ainda, apesar da orientação da autoridade policial. A pasta reforça a importância da representação criminal para a abertura de inquérito e a investigação mais aprofundada dos episódios. A secretaria ressalta ainda que informações que possam auxiliar a polícia podem dadas pelo Disque Denúncia (181) ou diretamente na delegacia. ●

## Movimento de moradia ocupa imóvel com as obras paradas

Na Rua Apicás, uma invasão ocorreu em um prédio inacabado de oito andares na sexta-feira. O local, onde as obras estão paralisadas, foi tomado pela Frente de Luta por Moradia (FLM). Segundo os invasores, cerca de cem famílias se mudaram para o local após reintegração de posse de um edifício em construção na Avenida Santa Inês, no Mandaqui, zona norte. Esse imóvel estava invadido desde outubro de 2022.

Geni Monteiro, coordenadora do movimento "Lutar e Vencer", filiado à FLM, nega novas ocupações. "O plano foi feito conforme as necessidades dessas famílias. Por falta de atendimento, elas ficaram ao relento. Por isso, a ocupação é imediata", diz a coordenadora. "Mãe solo não pode ficar nas ruas", continua.

A entidade nega cobrar para deixar o local. "Ocupante não

quer dinheiro, quer moradia." Os invasores afirmam que a obra foi embargada, mas a reportagem não conseguiu localizar processo administrativo ou judicial. Procurada, a Prefeitura não se manifestou.

Vizinhos dizem que o prédio da Apicás já havia sido tomado no ano passado. O edifício pertence à massa falida da Construtora Atlântica, segundo informações no *Diário Oficial* da cidade. O Estadão entrou em contato com a administradora da massa falida e aguardava retorno ontem.

**A FRENTE.** Fundada em São Paulo em 2004, a FLM diz em seu site ter expandido a atuação para outros Estados desde 2017. Diz que "ocupar não é crime". Mas, segundo o artigo 161 do Código Penal, é crime "suprimir ou deslocar tope, marco, ou qualquer ou-



WERTHER SANTANA/ESTADÃO

Um grupo do FLM tomou prédio após reintegração no Mandaqui

tro sinal indicativo de linha divisória, para apropriar-se, no todo ou em parte, de coisa imóvel alheia". A pena prevista é de detenção de um a seis meses, além de multa.

A Frente tem assento no Conselho de Desenvolvi-

mento Econômico Social Sustentável, o Conselho, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Vídeo deste mês nas redes sociais do movimento mostra o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha (PT), falando sobre atendimento de programa federal. "São 500 novas casas do Minha Casa, Minha Vida para a Frente de Luta pela Moradia", afirma no vídeo da FLM.

O Estadão procurou o Ministério das Relações Institucionais para comentar a invasão em São Paulo, mas não obteve resposta. Na semana passada, o deputado estadual Eduardo Suplicy (PT) disse nas redes sociais ter enviado ofício à Justiça pedindo mais prazo para a saída das famílias da invasão no Mandaqui.

Pela assessoria, Suplicy disse que contactou as pastas da Habitação e de Assistência e Desenvolvimento Social, pedindo o cadastramento e atendimento das famílias removidas. Procuradas, as secretarias não responderam ontem.

As denúncias indicam também que duas casas na Rua

Heitor de Moraes sofreram com invasão, mas a SSP localizou boletim de ocorrência em só um dos casos. Conforme vizinhos, um desses imóveis foi invadido no domingo, mas desocupado horas depois. O outro continua tomado. Segundo o grupo que invadiu a residência, são cinco famílias, com cerca de 25 pessoas, incluindo crianças.

**De um lado a outro**  
Outro grupo relatou que havia saído de um imóvel desapropriado para obra da Linha 6 do Metrô

**METRÔ.** Esse grupo afirmou ao Estadão ontem que vivia em um imóvel perto da Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). O local foi desapropriado por causa das obras da futura Linha 6-Laranja do Metrô. Diante disso, uma parte das famílias resolveu ir diretamente para esse imóvel na Heitor de Moraes. Os invasores afirmam não integrar movimentos por moradia. ●